

BC tenta alongar a dívida

■ Estratégia é substituir títulos pós-fixados, hoje 80% dos papéis, pelos prefixados

UGO BRAGA

BRASÍLIA – O Banco Central está trabalhando para que o prazo médio de vencimento dos títulos da dívida pública suba dos atuais sete meses para um período de um ano e meio. Para isso, vai começar a alongar o prazo e aumentar a quantia de títulos prefixados, que voltarão a ser colocados no mercado no mês passado. “O processo de mudança do perfil da dívida pública está só começando, vai seguir adiante”, informou o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**.

O resultado dos dois leilões de títulos prefixados realizados em março entusiasmou a equipe econômica, embora a Secretaria do Tesouro Nacional tenha emitido montantes pequenos. O leilão de R\$ 1 bilhão de Letras do Tesouro Nacional (LTN), programado para terça-feira, será um importante sinalizador de quando começarão as

emissões mais longas – até agora não foram maiores do que 60 dias no que diz respeito a vencimento e de R\$ 500 milhões em montante.

O governo também mudará o índice de correção da sua dívida, voltando a pagar prêmios prefixados. Atualmente, mais de 80% dos títulos públicos em poder do mercado são corrigidos na data do vencimento pela taxa over/Selic ou pela taxa de câmbio, ambas diárias. “Não é o que achamos o ideal”, diz o diretor. Essa fatia deverá ser totalmente substituída por títulos prefixados.

Pior já passou – Sobre a crise de credibilidade que derrubou as bandas cambiais e obrigou o governo a desvalorizar o real, Luiz Fernando Figueiredo diz que já há, entre os economistas oficiais, consciência de que a alta exagerada do dólar foi contida. E de que, portanto, o realinhamento de preços (entenda-se repique da inflação) está no fim.

Ele deu a entender que uma nova

baixa na taxa de juros está próxima. “O Banco Central não está nem um segundo mais otimista, nem um segundo mais pessimista do que o mercado”, sinaliza. O mercado pagou juros de 37% ao ano, em média, no leilão de títulos do Tesouro realizado na terça-feira passada.

Para uma mudança nos 42% ao ano que hoje formam a taxa básica de juros (o movimento só pode ser para baixo, segundo determinação do Comitê de Política Monetária), basta que o presidente do BC, Armínio Fraga, assine um comunicado ao mercado avisando da queda. Para isso acontecer, a diretoria do banco tem que estar convencida de que o cenário macroeconômico futuro permite uma taxa menor do que a atual.

Sobre isso, Figueiredo é claro: “Agimos de maneira preventiva”, afirma novamente. O cenário futuro com que trabalha a diretoria do BC foi parcialmente refletido nos índices de inflação de março. Além da queda no valor

do dólar, há, conforme apuraram os institutos de pesquisa, menos reajuste de preços e baixa atividade econômica. Bastante propício, portanto, para mais uma pequena queda dos juros.

Hot money – O diretor de Política Monetária admitiu que o fluxo de capitais voltou a ser positivo para o Brasil (mais entradas do que saídas de dólares) em março com a ajuda do capital de curto prazo, o chamado *hot money*. Mas, segundo ele, a principal causa do movimento foi o início de um processo de reestabelecimento da credibilidade do país.

“O capital de curto prazo, sem dúvida, vai nos ajudar na transição, nada mais do que isso”, falou. Mas, na medida em que as taxas de juros caírem, diz o diretor do BC, o ambiente será mais propício para investimentos de médio e longo prazo. “O prêmio que o país está disposto a pagar ao capital de curto prazo no futuro é muito baixo, ele vai ficar por aqui se quiser”.